**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 129-DL, DE 5/10/2023 (ROMPIMENTO DO RESERVATÓRIO R4 DE ÁGUA DA CASAN), REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 17H30MIN, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Boa tarde, senhores Deputados que nos acompanham aqui na Assembleia Legislativa e também quem nos acompanham pelos canais oficiais da Assembleia Legislativa.

Havendo quórum regimental, dou por aberta a nossa reunião da Comissão Mista, que trata do acidente acontecido com a Casan aqui na cidade de Florianópolis.

Abrindo a nossa reunião, eu coloco em discussão e votação a ata da reunião anterior.

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Não havendo votos contrários, aprovada.

Antes de passar à ordem do dia, eu consulto o senhor Relator se confirma o relatório e o novo cronograma de trabalho apresentado a esta Comissão para que o relatório final seja lido no dia 5 de março de 2024, às 17h30min, nessa sessão da Assembleia Legislativa.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Senhor Presidente, demais integrantes da Comissão e todos os que estão aqui, muito boa-tarde.

Nós teremos, no dia 27 de fevereiro, a apresentação do relatório preliminar e, no dia 5 de março, espero, tudo correndo bem, a apresentação e a indicação com a votação do relatório final.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Então, em discussão. Eu sei que pelo Relator já foi aprovado, mas como nós estamos encerrando o ano legislativo e a próxima reunião será neste sentido, eu consulto os senhores integrantes se têm alguma objeção no calendário?

(*Os Deputados aquiescem.*)

Estão todos de acordo para a leitura preliminar do relatório no dia?...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Dia 27 de fevereiro e o relatório final no dia 5 de março, uma semana depois.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – O.k., muito obrigado.

Como última pauta do nosso cronograma de trabalho, agradeço a presença do presidente da Casan, Edson Moritz Martins, que gentilmente se colocou à disposição de voltar aqui à Comissão para falar sobre os encaminhamentos que dizem respeito à Casan, no que concerne ao objeto desta Comissão Especial. Então agradeço imensamente a colaboração da Casan em tudo o que tem feito para solucionar, o mais rápido possível, os encaminhamentos que são dados aqui pela nossa Comissão.

Agradeço mais uma vez pela presença do senhor aqui conosco, o que muito nos alegra e, imediatamente, passo a palavra ao Relator para que ele possa conduzir este trabalho.

Consulto se o senhor tem algum encaminhamento de questionamento ou vamos passar a palavra diretamente para ele?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Eu tenho um requerimento para apresentar.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Ótimo.

Passo a palavra ao Deputado Marquito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – O requerimento é um pouco o resultado das nossas últimas duas oitivas, vamos chamar assim.

(*Passa a ler.*)

“O Deputado que este subscreve, requer que seja lido e votado na próxima reunião da Comissão Mista de Rompimento do Reservatório da Casan R4, os seguintes requerimentos de encaminhamentos para o relatório final, bem como para oficiar desde já a Casan para que adote as providências cabíveis, considerando que o grande impacto do rompimento está sendo suportado pelos moradores, a ausência e falta de publicidade de protocolo para atendimento da comunidade atingida e ainda que não é mais possível tratar como caso isolado: que a Casan contrate assessoria técnica independe para assistir aos atingidos pelo rompimento do reservatório; que a Casan mantenha a possibilidade de revisão das suas decisões em prol dos atingidos, de acordo com os resultados apresentados pela assessoria técnica contratada; que a Casan indenize a integralidade dos investimentos feitos em veículos com financiamentos; que a Casan construa desde logo e com a colaboração da sociedade civil e técnicos, plano de contingência, protocolos e procedimentos padrão para situações de rompimento, e que seja dado publicidade; que a Casan efetue os pagamento dos bens materiais e lucros cessantes na sua integralidade; que a Defensoria Pública seja escutada no âmbito desta Comissão Mista, nas pessoas da Defensora Pública Dra. Michele do Carmo Lamaison, e-mail: nudeconci@defensoria.sc.def.br e Ouvidora-Geral Sra. Maria Aparecida Lucca Caovilla.” (*Cópia fiel*.)

Estes são os pontos colocados aqui para o Relator e para aprovação desse pedido.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Permita-me, Deputado Marquito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Eu gostaria que o senhor esclarecesse. O que o senhor deseja, de verdade, é que isso conste no relatório?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Exatamente.

Que isso conste como ponto de encaminhamento do relatório e, por fim, a gente ainda coloca um ponto: que é a necessidade de ouvir, de ter uma escuta ou de considerar a presença da Defensoria Pública nesse processo, porque isso é síntese dos nossos debates, né?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Claro, eu entendo que nós podemos receber e encaminhar para o Relator avaliar, porque a partir da hora que nós imputamos à Casan essas responsabilidades, nós podemos ultrapassar uma competência que não é nossa. Mas isso é um julgamento que o Relator vai poder fazer.

Nós podemos recepcionar o requerimento de vossa excelência e não deferir. Não dá para deferir, mas encaminhar ao Relator para análise, porque se nós deferirmos isso, praticamente nós estaremos condenando, estamos obrigando a Casan, estaremos dando uma sanção para a Casan que não é nossa...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – A questão está circulando... Nós temos um objeto definido e determinado para a Comissão Mista, que eram as causas e as consequências do rompimento. Então, o objeto bem definido está muito bem estudado e aprofundado sobre as causas. Inclusive essas causas vão trazer, obviamente – eu tenho certeza que o Relator tem ouvido isso –, a necessidade de se criar protocolos, determinar procedimentos e assim por diante para que fato como esse não ocorra. Nós não temos aqui a possibilidade de investigar o processo e de responsabilizar diretamente, mas temos como, na Comissão Mista, fazer com que o relatório proponha a partir de todo o estudo feito.

O que vem acontecendo nesta Comissão é estarmos também observando as consequências e os resultados desse fato determinado do rompimento. E eu estou trazendo um requerimento aqui para auxiliar também nas orientações, especialmente sobre as consequências na vida e na comunidade atingida, certo? Nós fomos caminhando com a Comissão, que avançou no processo de investigar e de entender as causas, e também entendeu que o rompimento trouxe consequências. E eu estou aqui sugerindo... eu tenho feito muito esse papel aqui, eu sei disso, esse papel de olhar sobre as consequências do rompimento. E eu sei que eu tenho sempre tentado avançar, mas com qualidade. A nossa equipe tem dialogado com a equipe do Relator, a gente tem feito isso também com propriedade, não trazendo isso apenas como um fato para fazer divulgação, não por isso, mas pela nossa responsabilidade mesmo. [*Transcrição*: *Djonathan Costa* / *Leitura*: *Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Então esse requerimento está trazendo pontos de orientação para verificarmos, em relação ao relatório final do Relator, especialmente esse ponto da importância da Defensoria, que foi inclusive da oitiva retrasada que observamos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Deputado Marquito, eu sou testemunha do exercício de vossa excelência aqui, a qualidade que vossa excelência trouxe para a nossa Comissão, isso é inquestionável, eu também acompanhei e o trabalho de vossa excelência é extremamente meritório.

O que eu queria dizer para vossa excelência é o seguinte: eu estou conversando com os meus colegas aqui para discutirmos isso, não é uma decisão minha, mas não podemos recepcionar e deferir. O que podemos fazer é recepcionar e encaminhar para análise do Relator, porque nós vamos discutir essas coisas lá no pré-relatório, se o Relator entender que os pedidos do senhor são justos, ele vai apresentar no relatório dele, se ele entender que não pode ultrapassar essa fase, que é a fase do reconhecimento da condenação, aí ele vai fazer as alegações dele.

Então, a minha sugestão para vossa excelência é que a gente recepcione o requerimento, tão somente de encaminhamento para o Relator para conhecimento. Se vossa excelência estiver de acordo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – É um requerimento encaminhando propostas para o relatório final.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Ótimo. Então nós recepcionamos o requerimento para análise do Relator.

De acordo? (*Pausa.*)

Deputado Mário Motta?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Isso.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Muito obrigado. Para deixar bem claro...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Se me permite, eu tenho até a impressão de que algumas respostas a essas indagações poderão inclusive ser dadas nessa oitiva de hoje, outras talvez não, como nós praticamente fechamos o cronograma para as duas últimas reuniões, uma para o relatório preliminar e outra para o relatório final, talvez nós não conseguíssemos data para ouvir a Defensoria, mas nada impede que nós encaminhemos à Defensoria alguns questionamentos que porventura faltem e tratemos isso, inclusive com as próprias assessorias.

Eu compreendo a intenção do Deputado Marquito e estou à disposição para…

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Se a gente deferir, aí depois a gente não pode analisar, né? Mas, enfim, está decidido.

Deferido o recebimento do requerimento e encaminhamento da proposta ao Relator para as providências cabíveis.

De acordo, Deputado Marquito?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Feito isso, passo a palavra ao Deputado Mário Motta.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Eu vou fazer apenas um breve introito.

Com esta reunião, estamos iniciando o nono encontro desta Comissão Mista, formalizada pelo Ato da Presidência nº 129-DL, de 5 de outubro de 2023. Estiveram presentes conosco nove convidados que prestaram muitos esclarecimentos e informações a esta Casa, além de disponibilizarem diversos documentos que estão sendo estudados pela minha equipe que invariavelmente ajudarão a embasar o relatório preliminar que apresentarei a esta Comissão no dia 27 de fevereiro de 2024.

Ao convite feito para o senhor Edson Moritz, presidente da Casan, que abriu a série de oitivas desta Comissão, e também vai encerrá-la. E por tal disponibilidade, agradecemos por estar sempre a postos para prestar esclarecimentos.

Esta reunião é um remanejamento da reunião do dia 28 de novembro, encontro que recebeu representantes dos atingidos pelo rompimento, além de representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), oportunidade em que diversos questionamentos direcionados à Casan foram realizados, alguns dos quais constam inclusive do requerimento do Deputado Marquito. E a presença do senhor Moritz parece-me fundamental para termos o contraponto às questões levantadas ou até quem sabe a aquiescência a algumas das reivindicações.

Nós sabemos que o presidente da Casan nos trouxe um relatório básico, acredito eu, trazendo grande parte do que a Casan hoje já tem de concreto. Acredito que o ideal seria que o presidente começasse com a sua fala e posteriormente, o que não for respondido, nós puxaremos aqui do que havíamos preparado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Então, se os senhores estiverem de acordo, nós vamos pedir ao presidente que nos explique a situação atual, os procedimentos que aconteceram, que faça um pequeno relatório do que aconteceu de lá para cá e o que foi apurado.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Exatamente, um balanço...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Passo a palavra ao senhor Edson Moritz Martins da Silva, presidente da Casan, para expor as informações que entender pertinentes.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Muito boa tarde.

É um prazer estar aqui de novo nesta Comissão, fruto do trabalho investigatório e que em consonância com o que imaginamos, também, a partir desse fato, que todos já nós já adjetivamos aqui, que possamos, obviamente além de tomar as providências que estamos buscando a tomar, aprender com ele, aperfeiçoar, torcer e trabalhar para que coisas dessa natureza não possam acontecer mais.

Eu quero cumprimentar o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Antídio Lunelli, o Deputado Mário Motta e o Deputado Marquito.

Eu tomei a liberdade, Deputados, de trazer uma pequena apresentação, que eu chamei aqui de balanço, mas já aproveitando que eu tive a oportunidade de conversar com o Deputado Mário Motta e trazer algumas informações.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Muito bem, o primeiro fato que o Deputado me perguntou é [sobre] a perícia técnica, que foi contratada pela Casan. A perícia técnica foi contratada, mas em razão da liberação do sinistro, ela só pôde trabalhar a partir do dia 26 de outubro. Trata-se da empresa Engracom, do Paraná, que tem toda uma qualificação que permitiu não só participar da licitação, quanto participar do próprio trabalho. E coincidentemente ele entregou um documento para a comissão, que foi nomeada por mim, na Casan, liderada por engenheiros, certo? Eu já comuniquei os senhores Deputados, uma comissão independente que não tem nenhuma relação com o fato em si do reservatório R4 e que tem nos ajudado exatamente a fazer esse trabalho e as leituras técnicas. Eles receberam esse material no dia 8 e ontem pela manhã fizeram uma reunião *on-line* com o engenheiro Rafael, um trabalho bastante robusto e já me passaram a informação de que, além de ter uma reunião ampla fazendo uma série de perguntas e indagações para esclarecer o relatório que foi entregue no dia 8, ficaram algumas dúvidas da própria Comissão para que esclarecesse mais de perto esse trabalho e eles têm o entendimento de que, mais dez dias, no máximo – ainda que o prazo pudesse ser de quinze dias –, de já entregar o relatório final. Já posso adiantar, segundo o responsável pela Comissão, trata-se de um trabalho bastante robusto, Deputado Mário Motta, que perpassa todo o trabalho, desde o processo do projeto, passando pelas etapas de responsabilidade da Casan e, consequentemente, também dos trabalhos da construtora.

Então, naturalmente que uma vez que a gente tenha esse relatório, e já foi solicitado pelo próprio Ministério Público que nós entregássemos, faremos questão também de fazer chegar às mãos desta Comissão esse relatório para análise, provavelmente vai contribuir com os trabalhos da Comissão e com o relatório do Relator, a ser apresentado em fevereiro. E da minha parte, como presidente da empresa, e pela diretoria colegiada e do próprio Conselho de Administração, é muito interessante que a gente desvende tudo aquilo que aconteceu e eu já vou mostrar, no final, as providências que nós estamos adotando, independentemente desse relatório. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura: Marivânia Pizzi*]

Nós estamos buscando também – e ainda não conseguimos – o relatório da própria Polícia Científica, porque nós gostaríamos até de que os nossos técnicos fizessem algum tipo de cruzamento para verificar se há alguma coisa adicional que vai estar ou não na própria Polícia Científica. E verificar o nível de conclusão de uma e de outra para determinados casos que interessem a nós da Casan em particular. Trouxe aqui, obviamente para demonstrar, os trabalhos que o próprio Ministério Público e o Tribunal de Contas estão fazendo também neste caso, o que vai aparentemente colocar luzes sobre esse episódio.

A segunda questão – que é uma preocupação já de longa data, isso eu pude já perceber na primeira vez que vim à Assembleia, e não nesta Comissão, na Comissão de Economia, Deputado Motta, já num trabalho auspicioso que vinha realizando, que naquele momento havia um determinado fato – que é a ausência de um documento, que se transformou em algo realmente muito relevante, não é Deputado? E com base naquilo eu tive a oportunidade, não só de tomar conhecimento e por óbvio as pessoas que estavam envolvidas, eu conversei individualmente com cada uma, porque eu quis entender como é que foi o processo, eu queria ouvir de cada um deles que estiveram aqui nesta Comissão, todos estiveram aqui. Eu tive conversas com eles antes e depois, tanto no que diz respeito à participação aqui na Comissão, quanto na própria oitiva que tiveram no Ministério Público. E lá aparecia essa questão da ausência desse documento, o que é estranho, vamos reconhecer, que especificamente num determinado momento, um documento desaparece e levanta, por óbvio, uma série de suspeitas, não é?

Obviamente que, do ponto de vista administrativo, eu pedi para adotar um conjunto de informações à área competente. Era uma documentação de 2017, a maioria física, no papel, não estava digitalizada e é uma preocupação que eu tenho a partir disso, lógico, mas não só por isso. Na semana que vem irei ao Ciasc, que tem um equipamento muito contemporâneo, que digitaliza absolutamente tudo com a maior perfeição possível, porque a quantidade de documentos que a Casan tem, ainda em meio físico é enorme, seja na parte contábil, seja na parte de projeto e nós temos que transformar isso num acervo que seja durável e que seja útil para a empresa.

Fazendo esse paralelo, eu quero, então, entender, porque as respostas que vieram, eram de que esse documento de fato não foi encontrado, portanto foi subtraído. O documento havia! E a pergunta que se faz é: o que tem nesse documento, que tem essa relevância, para que alguém, obviamente, o tenha subtraído? Porque ele era do momento em que se verificou que havia uma dúvida, do ponto de vista, da construtora, se fez uma consulta, certo? E nós estamos estabelecendo, inclusive, uma conexão, o próprio engenheiro Hugo, que esteve aqui, verificou que havia tido visitas [ligadas] ao próprio projeto naqueles momentos ali. Então, havia a visita do projeto, havia um documento e havia uma informação a ser levada para a construtora. E repito: estranhamente esse documento sumiu. A minha providência foi abrir uma sindicância por meio da Procuradoria, nós temos uma comissão específica sobre isso. A comissão, obviamente já feita com pessoas que vão ser aqui da matriz, que tem tecnologia, e eles têm até a segunda-feira, dia 18, para entregar o documento, para ver se descobrimos alguma coisa.

A gente supõe quando isso pode ter desaparecido, quando alguém atentou para esse fato, provavelmente nos dias 6, ou 7. Então, eu mandei verificar inclusive as câmeras lá, foi no momento exatamente em que a equipe toda se mobilizou para poder atender. Nem estou adiantando nada, mas só para mostrar eventuais...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Qual o documento?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – O documento aparentemente era uma ata que daria informações da construtora de uma dúvida que ela tinha, porque a obra estava parada.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) –** Na verdade é o diário de obra do mês de outubro de 2017.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Quando eu falo diário de obra, é porque dentro do diário de obra tem informações que são adquiridas internamente numa ata.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) –** A partir do primeiro dia...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Exatamente. E o que é interessante registrar – e não há como esconder isso –, ora, se eu tenho um documento que a construtora estava para receber, ela deve ter recebido esse documento, por óbvio. Por quê? Porque o pagamento foi feito e a construtora continuou fazendo operações, estava parada e voltou a funcionar. Então, é verdade que se trata de um documento muito relevante para descobrir esse assunto. Então, não conseguimos, fizemos todas as investigações administrativas internas e cabe agora abrir uma sindicância, que é um processo um pouco mais difícil.

Essas foram as providências que eu queria comunicar. E essa informação, eu também estou pessoalmente – e a empresa como um todo e a diretoria – muito curioso para saber o que havia naquilo lá. Por óbvio, por dedução – não vamos nos iludir aqui –, seria alguma coisa bastante relevante.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) –** Nós conseguimos o diário do mês de outubro completo a partir de um arquivo do Excelem que só consta a parte da esquerda, que é a parte das indagações da construtora, o lado da Casan completamente em branco. Eu não sei se vocês já têm esse arquivo Excel, mas se não tiverem...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Nós temos o arquivo Excel, mas ele não é suficiente para prestar a informação.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) –** Nós tentamos fechar com os *e-mails* trocados pelo engenheiro Hugo Rohden com o projetista Paulo Wagner, é o que nós estamos ainda fazendo para tentar ver se uma coisa responde à outra.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** A nossa sindicância também está buscando apurar no mesmo sentido. Então nós estamos indo na mesma direção para buscar [resposta] a essa questão, nesse sentido. Essa informação é que eu gostaria de trazer aos Deputados. Infelizmente eu não tenho essa conclusão. Do mesmo modo que nós temos que, obviamente, buscar essa informação e a tendo eu informarei, por óbvio, a esta Comissão.

Bom, a segunda questão aqui eu vou entrar simplesmente numa comparação muito simples.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Perdoem-me, só para entender o que está escrito aqui: o único arquivo encontrado foi um anexo ao *e-mail* datado de 20 de novembro, enviado pelo engenheiro da empreiteira, que tratava de um suposto diário de obra do mês de outubro apenas com anotações por parte da contratada. O presidente da Casan ordenou a abertura de sindicância, que está em andamento, e o prazo é 18 de dezembro.

Perfeitamente. Obrigado. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza]*

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Que é segunda-feira.

Eu tenho aqui a própria sindicância que está sendo feita, repito, sob a coordenação da Procuradoria-Geral. Ela nomeia, não é o presidente, ela nomeia através do nosso órgão que é o nosso Procurador que cuida dos PADs. Ela nomeou três profissionais que não têm, obviamente, nada a ver com o próprio espaço de trabalho, local em que deveriam estar arquivadas toda a documentação, e tem essa ausência.

Bom, a outra questão que eu também trouxe aqui, e não tenho a pretensão de estabelecer nenhuma comparação entre uma coisa e outra, mas em algum momento se compara sempre o episódio da Lagoa com o episódio do Monte Cristo. E eu tenho dificuldades para entender e busquei uma série de informações do que teria acontecido na Lagoa e eu tenho as informações hoje suficientes para entender o que aconteceu lá, uma questão bastante diferente do que aconteceu no Monte Cristo. O destino é que afeta pessoas de maneira dramática, nesse caso, e até do ponto de vista de afetação das pessoas, a informação que se tem, obviamente, o da Lagoa pela natureza daquilo que foi levado até as residências e aos comércios que tinham ali, e às dificuldades que surgiram, inclusive, das pessoas poderem retornar, ter o entendimento, mas mostrando que são eventos bastantes diferentes. São tão diferentes, como eu já falei aqui em outra oportunidade, que o próprio Tribunal de Contas na consulta que a gente fez, e na orientação que deu, estabeleceu em regras gerais de que não haveria, obviamente, uma consideração. Mas até em homenagem ao Rodrigo do MAB, que trouxe essa questão para cá, entendendo que ele trouxe um caso particular que era o caso do edital, que foi a modelagem feita no caso da Lagoa, é importante dizer, também, que o próprio Procurador que elaborou o edital da Lagoa, foi quem, no primeiro momento, usou-o para criar numa outra modalidade adaptada a realidade do Monte Cristo às resoluções, inspiradas lá. Mas eu trouxe aqui, só à guisa de informações dos senhores Deputados, o quanto no caso da Lagoa, as dificuldades que houveram de processamento de entendimento, a própria confecção do edital levou um tempo bastante longo para ser constituído. Só para mostrar esse fator aqui, eu não estou querendo comparar uma coisa com a outra e a outros fatores.

Razão pela qual, o próprio auxílio emergencial foi dado na Lagoa trinta dias depois, porque não havia uma regra de como fazer. E só para resumir, o tempo da Lagoa, na elaboração pela sua característica, pela sua complexidade, por isso eu não tenho dificuldade de comparar uma coisa com a outra, não é que em alguns pontos eles possam ser comparados. Na verdade, do início ao final do processo, para considerado terminado, foram dezessete meses na Lagoa. As coisas foram, consideradas, resolvidas naquela população que foi atingida também de forma bastante dramática.

No nosso caso, e essa foi uma orientação dada pelo Governador e seguida por mim fielmente, deveríamos buscar com a maior velocidade e celeridade possível, dentro das regras estabelecidas por nós e também em consonância com a orientação do Supremo Tribunal de Contas (*sic*), nas modalidades. E nós conseguimos, repito todos os eventuais problemas que tivemos aperfeiçoamento ou não, mas foram dois meses, em torno de 85 dias. Vamos numa velocidade grande para poder desta maneira, inclusive, buscar reparar, com a maior brevidade possível, essa tragédia que ocorreu.

Nesse sentido, eu trago aqui também um relatório atualizado do quanto, obviamente, nós podemos oferecer à essa comunidade do Sapé, relativamente aos bens móveis, no início, no dia 9, nós começamos com 70%, como uma regra geral, tanto é que nós podemos verificar que muitos casos de 60%, 70% passaram a ser 30%, na hora que se começou a comprovar e a estudar o caso concreto nesse sentido. Então tivemos todos esses atendimentos que trouxemos aqui, atualizados para a própria Comissão, que totalizaram já R$ 9.706.673,00.

Trouxemos também algumas questões de atendimento, e aí faço questão também de trazer, dos quais, as indenizações dos bens móveis, dos 100% em acordos, foram 159 indenizados. E bens imóveis, 99% de acordo, 76 indenizados, 1 aguardando documentação por parte do morador, nesse caso em particular. Nos veículos que foram o mais complicado em razão do estabelecimento do limite da FIP nesse sentido, nós conseguimos 95% de acordo, 98 indenizados, 4 sem acordo que não querem acordar e ainda resta 1 em análise. O pronto-pagamento que é o equivalente ao auxílio moradia, foram 135 pedidos aprovados e quitados. O pronto-pagamento para veículos, que foi uma adição que fizemos no acordo com a comunidade, 48 pedidos aprovados e quitados. E nos lucros cessantes 46 acordados, 1 sem acordo e 25 indeferidos, em razão de que não era cabível, ou não foi comprovado, que é típico nesse sentido. Então eu faço questão de trazer essas informações atualizadas.

Então essa aqui é o que eu chamei do fato do passado, do presente; e aí, obviamente, trago também ao conhecimento dessa Comissão, as providências que nós já adotamos como consequência desse fato, dentro da organização da empresa. O que estou chamando aqui de ações administrativas, que é a revisão total – até que em homenagem ao Deputado Antídio, que da última manifestação, de forma veemente, colocou e acho que há consenso, eventuais suspeitas do que poderia ter acontecido –, Deputado, e na medida em que esta Comissão e o próprio Ministério Público, que estão fazendo os seus exames a partir do fato para a frente, cabe a gestão da Casan fazer um fato pretérito. Obviamente que essa questão toda de retroagir 2011, 2015 que foi a data ato licitatório, eu não consigo chegar lá do ponto de vista da gestão, mas daqui para frente, sim. Então nós estamos adotando uma revisão total do Manual de Contratações, o primeiro com informações mais detalhadas do fornecedor, os atuais não são suficientes, a prova concreta é o fato. O segundo é a capacidade financeira do fornecedor, que não está contemplada aqui, um fornecedor que chega, boa parte eu já tenho repetido aqui, depende do capital de giro da empresa. Mas como, e se acontece um fato sobre isso? A obrigatoriedade é deixar mais claro a questão, muitos revelados aqui e questionada pelo Deputado Mário Motta, a questão do acompanhamento das garantias, frágeis, no caso concreto. E, portanto, sim, sem nem utilização. E é uma exigência qualificada do acervo técnico. Eu me bato sobre isso. Porque essas empresas quando se habilitam, e no caso concreto, foram duas que se habilitaram, uma delas foi desclassificada porque não tinha um acervo técnico. Repito, não estou fazendo juízo de valor sob o caso concreto, estou falando sobre o caso em tese, de aperfeiçoamento que tem que se ter. O fato de eu receber um atestado, um acervo técnico garantindo aquela competência para aquela empresa, tem que ser questionada, porque nesse caso não valeu. Se não valeu, está sob suspeita. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Djonathan Costa*]

Então, tem que haver um critério mais rigoroso, alguma maneira de aperfeiçoar.

Do ponto de vista de ações técnicas operacionais, nitidamente nós estamos rediscutindo a questão da fiscalização, da escolha dos profissionais, da forma como os profissionais trabalham e da qualificação dos profissionais. Eu quero crer que enquanto eu for o gestor da Casan – e não é só por conta do reservatório R4, é por outras razões – não haverá mais essas super obras. Primeiro porque tecnologicamente é caro, não funciona, leva um tempo enorme, não produz resultado adequado e há outras tecnologias (*ininteligível*).

Eu disse ao Governador na inauguração dos Ingleses, no que me diz respeito, que é a última grande obra nova, não haverá outra, nós temos que achar outras soluções. E eu não estou entrando nem no risco que isso corre, no caso particular do Monte Cristo, provavelmente a perícia técnica que nós contratamos vai revelar exatamente, certo? E não estou aqui, eu não sou técnico, para estar condenando se é retangular ou se não é.

Eu estou falando a verdade, é da característica dela e da necessidade disso, e sim, se sabe, porque eu já conversei paralelamente que obras de grande estrutura precisam de especialistas em grande estrutura. As profissões estão cada vez mais especializadas. A Casan tem esses especialistas? Não tem. E essa mistura entre – com todo respeito aos engenheiros, não estou fazendo um juízo de mérito aqui – engenheiro civil, engenheiro sanitarista, nós temos que ter essas empresas, pessoas mais bem preparadas, do ponto de vista, também com relação à avaliação técnica de projeto. Nitidamente, ao final, nós vamos ter que examinar essa questão de projeto, a sua qualidade, porque a Casan não faz projeto. Se não faz projeto, tem que ter a melhor qualificação de julgar e avaliar projetos, não é verdade? Um fato concreto como qualquer gestor faria.

Segundo a melhoria da elaboração e fiscalização de projetos também, então nós temos que combinar desde o início do processo e revisão dos procedimentos de fiscalização de obra. Isso tudo está sendo reformatado, nós não temos nenhuma obra em andamento com esse porte, as que são de esgotamento [estão] andando, mas estamos fazendo inclusive revisão daquelas que estão em curso para verificar esses sistemas. Nós temos uma determinação do presidente, da diretoria colegiada.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Se o senhor me permite, eu achei muito importante esse primeiro ponto aqui, que foi um ponto abordado inclusive pelo Deputado Antídio Lunelli.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Perfeito.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Aprimoramento da fiscalização, perfil dos engenheiros fiscais, treinamentos e adoção de procedimentos padrões.

Eu acho fundamental que se revise os processos mesmo.

E se o senhor me permitir, antes de tocar adiante, apenas para não perder a sua observação anterior sobre o diário de obra de outubro de 2017, para além do sumiço do diário de obra nós também não recebemos, embora tenhamos pedido, a justificativa do terceiro termo aditivo dos treze requerimentos de aditivos. Foram treze aditivos a obra, o terceiro termo aditivo curiosamente – aí é que eu lhe repasso, porque é uma dúvida que agora pela coincidência suscita muito as outras avaliações – que também remete a parte do ano de 2017. Foi o único que nós não recebemos, a justificativa do terceiro termo aditivo.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Deputado, ontem eu recebi um ofício do Deputado Ivan Naatz fazendo um conjunto de perguntas.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Não gravei, ele está nesse seu requerimento?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Esse aqui que o senhor respondeu?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Não, não.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Esse aqui foi do dia 24 de novembro.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Ontem nós recebemos uma nova solicitação de informações.

Esse que o Deputado está falando está lá?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Está.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Ah, tá. Então recebemos ontem.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Ótimo.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Ontem mesmo já foi dado o andamento para buscar essas respostas.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k. Eu apenas ressalto porque é uma coincidência muito interessante e eu lhe agradeço.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Já está nesse caso.

Eu não incluí aqui, mas faço questão de dizer e tenho conversado, estou aguardando só uma contribuição do Coronel Araújo Gomes, hoje na Secretaria de Segurança do Município e uma pessoa de alta qualificação, porque volto à Lagoa. Quer dizer, ocorreu um episódio em algum momento na Lagoa em que quando acontece o episódio do Monte Cristo e o tempo não era muito longo entre um e outro, certo? Onde está uma tecnologia acumulada, uma experiência acumulada naquele episódio? Não havia, não havia. Ele estava localizado em indivíduos.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Presidente, sequer o relatório da Lagoa havia sido terminado, estava na direção da Casan agora.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Agora, exatamente.

É interessante porque eu pergunto: por quê? Quer dizer, não serve de lição? Obviamente, eu respeito as pessoas, mas parte do meu ponto de vista aqui muito pessoal. E falei com o Coronel, ele está me ajudando buscar profissionais especialistas em, exatamente, preparar uma análise de risco e uma gestão de contingência para que nós acumulemos essa experiência, fica um acervo da empresa, um patrimônio da empresa e que nós tenhamos, sim, pessoas preparadas não só para atuar como eventualmente preparar outras pessoas.

Eu não quero ser muito otimista, porque sobre isso até em razão das nossas prioridades, ainda falei ontem com o Coronel Araújo por outra razão, eu estava junto com ele num outro local, fiz essa consulta e estou aguardando por ele. Porque também vai entrar na nossa prioridade do pós-evento nesse sentido, porque nós sentimos muita falta, Deputado Marquito, com relação a essas questões para a gente aprender. Remeto a sua solicitação de ter alguma empresa especializada, eu sou pessoalmente simpático a sugestão, o senhor já tinha dado ela na outra manifestação, eu deixei isso anotado, temos que verificar como é que a gente vai fazer, encontrar essas questões e o quanto a gente consegue fazer isso. Eu não consigo lhe responder isso agora, mas a tese é boa de termos critérios.

A maior dificuldade inclusive como gestor é a tomada de decisão. A gente sempre estabeleceu a lógica de que a gente tem que cuidar das pessoas no limite legal, mas é trabalhando na navalha. Decide ou não decide? Corrige ou não corrige? E os dilemas foram permanentes para saber até onde a gente podia ir, não depende da minha vontade, não depende da vontade do diretor, depende da competência que a empresa tem, o seu limite. E eu aproveito isso inclusive...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Eu só queria aproveitar essa fala, porque são dois pontos que temos discutido e temos colocado aqui. Obviamente que uma empresa como a Casan não espera e não vai querer, realmente, admitir que precisa ter um plano de contingência para eventos como o que ocorreu no reservatório R4 e como ocorreu na lagoa de evapotranspiração da Lagoa da Conceição. Mas os fatos levam... se tiver um plano de contingência isso auxilia, facilita, tranquiliza e demonstra a responsabilidade e o compromisso da própria empresa.

Então eu volto a dizer da necessidade, a partir dessas duas experiências, de se amadurecer para se ter um plano de contingência para essas situações. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Camila Letícia de Moraes / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

E o outro ponto é que o procedimento operacional, para também ter esse relacionamento com as pessoas ou os ambientes atingidos, seja criado para que, dentro do protocolo, se tenha uma assessoria externa profissional que dê qualidade e transparência para o processo da própria Casan, a fim de que em cada situação [não] se tenha que criar os seus procedimentos e sofrer um pouco no sentido de caminhar no fio da navalha da Justiça, assim como também pessoalizar esses processos. Então esses dois pontos, plano de contingência e assessoria externa, eu queria deixar aqui como contribuição.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Claro.

Na sua direção, Deputado, em algum momento, quando a nossa primeira equipe obviamente estressou, e estressou por várias razões, excesso de trabalho, estresse, etc., nós estávamos começando a fazer o lucro cessante. Naquele momento nós chegamos a fazer uma verificação de buscar um terceiro, por achar que seria o episódio mais complexo. Fizemos buscas, eu mesmo liguei para algumas pessoas que têm habilidade na conversa com as pessoas, no respeito com as pessoas, mais profissional, mas em razão de não termos encontrado naquele momento, não dava tempo, nós não queríamos perder tempo, tivemos que selecionar algumas pessoas, até voluntários que estavam trabalhando, que disseram que queriam ser voluntários – e presto uma homenagem mais uma vez para a equipe da Casan por atuar nesse sentido.

Mas é pertinente, porque é tecnologia, certo? Nós transformamos a área comercial em atendimento, nós transformamos engenheiros para fazer processo, então foi uma coisa bastante diferente do seu dia a dia. E ainda que tenhamos conseguido, não é o que seria normal, e acho que essa é a nossa responsabilidade, os desafios que nós temos pela frente, que não são pequenos.

E, por último, nós [estamos] desde o início conversando com as lideranças, conversando com outras pessoas e dentro da própria Casan sobre após esse término, afinal de contas, o que seria uma contribuição para a comunidade do Sapé? E eu, então, em despacho com o Governador, disse que como presidente da empresa gostaria de consultá-lo, porque achava que nós deveríamos fazer alguma coisa na comunidade do Sapé depois disso. O Governador me disse: o governo vai fazer. Então ele me incumbiu de conversar com a Secretária Kika, da Assistência Social, com quem eu já falei – nós teríamos um encontro ontem, mas eu não pude por razões da minha agenda, e hoje ela está em Brasília. Então está agendado para quinta-feira, às 11h, eu sentar com a Secretária Kika para definir com ela que tipo de ação de natureza social nós podemos buscar, e é uma recomendação, uma orientação do Governador.

Eu termino a minha apresentação de forma bastante objetiva, isso foi o que eu imaginei trazer de contribuição para esta Comissão.

Estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Mais algum esclarecimento?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Nós havíamos levantado – e eu acho que isso atenderia também a expectativa do Deputado Marquito –, e vou me permitir trazer, algumas falas da última oitiva que fizemos com o representante dos atingidos e do MAB, referentes especialmente a indenizações e a ressarcimentos de prejuízo, sobre as quais eu gostaria que o senhor comentasse. O que eu vou dizer é exatamente o que consta nas atas da reunião.

(*Passa a ler*.)

“A Casan, na verdade, propôs um salário mínimo nacional para famílias de até duas pessoas e acima de duas pessoas um salário no mínimo regional. Porém, depois de muita negociação as famílias inclusive retroagiram para chegar num denominador comum. E mesmo assim, para a nossa surpresa, depois de publicar, depois de noticiado, a Casan cortou desse direito as famílias que tiveram perdas em seu estabelecimento comercial ou tiveram perdas em veículos.” (*Cópia fiel*.)

Sobre esse auxílio emergencial, o senhor Rodrigo Timm afirmou que nenhum proprietário dos comércios foi contemplado, e citou ainda serem mais de 35 pessoas nessa situação. O senhor tem noção e poderia comentar isso, por favor?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Eu vou comentar o fato e respeitar a opinião do Rodrigo, do MAB.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Na verdade foi uma afirmação, mais do que uma opinião.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – É. Eu vou respeitar a afirmação dele, mas não vou concordar com ele, obviamente. Essa é uma posição dele, lá, mas ele não é o gestor do projeto.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim, mas...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Ele não está conversando com as pessoas, ele tem a visão particular dele, que eu respeito e divirjo sobre isso, e disse a ele sobre a divergência.

No caso particular do auxílio emergencial, desde o primeiro momento o mantra do MAB é o auxílio emergencial. Esse é o mantra do MAB. E eu disse para ele que nós iríamos tratar no momento oportuno, e tratamos no momento oportuno. Certo? Mas, interessante que numa comunidade como aquela imaginar dizer: na Lagoa se pagou R$ 10 mil. Imagina o que isso reflete na cabeça de uma pessoa naquela comunidade? Discordo frontalmente sobre essa questão, de pegar um fato isolado da Lagoa, em particular, e colocar isso no meio da igrejinha. Então, eu queria lhe dar essa informação, minha opinião.

Ora, de qualquer...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Em relação aos proprietários de comércios, basicamente?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Então, nós escolhemos aqueles que efetivamente poderiam receber aquele (*ininteligível*).

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Foi uma opção nossa mesmo e avaliamos que aqueles casos não cabiam. Essa é a nossa opção, certo?

Repito, sujeito a divergências e a opiniões contrárias, nós pensamos sobre isso, recebemos... E quero lhe dizer que foi uma grande dificuldade que nós tivemos, porque durante o longo processo as lideranças foram se movimentando, cada um trazia uma reivindicação nova e os líderes iam acontecendo de maneira tal que, às vezes, o interesse individual dele não era atendido, por questão pessoal, respeito novamente, e virava o líder. Atendia a sua alegação, ele desaparecia. Então nós tivemos que conviver com várias opiniões, com várias teses e tivemos que fazer escolhas, que foram essas, assumimos as responsabilidades. E obviamente não tenho a pretensão de achar que nós vamos fazer e sair daqui com a justiça plena nesse assunto. Eu tenho consciência disso. Mas...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Mas essa afirmação de que proprietários de comércios foram alijados, é verídica, é correta?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – No caso de comércios, no caso particular, se tem comércio e foram atingidos, vão receber indenização pelo residencial, pelos móveis e depois pelo lucro cessante.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Essa foi a regra que nós estabelecemos.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Nova fala.

(*Passa a ler*.)

“(...) um direito das famílias atingidas é: o direito a participação informada através da assessoria técnica independente. Ou seja, o que a gente verificou aqui como ausência foi dos atingidos terem um auxílio de uma empresa independente, de uma entidade ou de uma equipe, enfim, que fosse capaz de assessorar os atingidos no que era preciso fazer: orçamento de reparo de veículo; orçamento dos móveis planejados; orçamento na hora de fazer a listagem dos bens perdidos; orçamento na hora de definir quanto a família faturava para depois classificar os lucros cessantes. Então tudo isso ficou a cargo da família atingida, se ela não conseguiu instruir o processo de acordo com todos os critérios que a Casan como empresa pública exige, a família não foi indenizada de forma justa (...)”. (*Cópia fiel*.)

É a dificuldade que tem uma família de sair, verificar preço disso, daquilo e daquilo outro, e talvez o protocolo que foi sugerido pelo Marquito pudesse, neste momento, estar também à disposição do apoio a essas famílias. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Vai ao encontro, obviamente, de uma tecnologia, como bem sugere o Deputado Marquito.

A respeito desse assunto, nós temos que estabelecer critérios. No primeiro momento dos 70%, nós estabelecemos alguns critérios de alguns tipos de móveis que já citamos aqui: só tinha uma televisão. A televisão era de quantas polegadas? Qual era a marca? Nós não conseguimos fazer uma... Tínhamos que fazer uma média. Vamos ao mercado, fizemos pesquisa na Internet, verificamos qual era uma média e pagamos. Certo? O que aconteceu é que, em algum momento depois, quando foi na segunda etapa para complementar a indenização, é óbvio que, com as informações que a gente tinha, fotografias, etc., na hora em que ele trazia o seu efetivo bem, você fazia pesquisa daquele efetivo bem. Se não tinha o efetivo bem, você tinha que fazer por uma média. A discussão é: qual é a média? É nesse sentido.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Agora, eu quero também registrar que, na maior parte do tempo, quando boa parte daqueles que foram vítimas nesse sentido vinham com os seus advogados, alguns tinham advogados presentes da negociação, e quando não tinha advogado, tinha a presença permanente da Defensoria Pública, lideradas pela Defensora Michele defendendo esse ponto de vista.

Então, neste caso em particular, estavam ali eventualmente para discutir. Eu não estou dizendo que a Defensoria discutia o critério ali, mas verificava se era justo.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Acompanhava a legalidade.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Isso. Mas de qualquer maneira eu repito, Deputado, a gente tinha que tomar uma decisão e tinha um critério, que era um critério básico, a média que você tem que fazer.

E eu quero até aproveitar a oportunidade para demonstrar que, por esse grau de adesão e percentualmente de adesão, tinha alguma coisa estranha dizendo que tinha um descontentamento aqui. Não é estranho? Não parece estranho pela quantidade de adesão que tem?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Os relatos, não só do Rodrigo Timm, mas também do outro senhor, que agora...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – O relato, né, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Isso, os relatos... Tinha o Rodrigo Timm, mas também havia um outro senhor aqui...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – O senhor João Pedro Moraes.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** - Isso.

Eu, particularmente, trabalhei muito tempo na Chico Mendes, no Monte Cristo, e tenho algumas relações ali, não tanto no Sapé, mas ali para cima, mas o fato é que todo mundo também quer negociar na hora, né, presidente?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – É provável, sim.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** - Quer negociar, quer resolver, e muitas vezes acaba, por não ter outro recurso mesmo, a oportunidade chegou ali, negociou, é isso aqui que vai dar, então já fecha e finaliza. A gente sabe que o povo é assim, o povo está ali, na circunstância que está colocada, sem as condições materiais, muitas vezes sem ter conseguido fazer toda a análise do que realmente foi perdido naquele momento, é um momento desesperador, é um momento em que tu, até analisar tudo o que foi perdido naquele processo, naquele momento, leva tempo, assim como conseguir ter todas as características dos bens que estavam em casa para ter um comparativo de orçamento.

O que eu estou colocando é que é complexo e é compreensível que, ao ir lá na Casan para assinar o acordo, a pessoa vai e assina, mesmo que não consiga fazer uma avaliação se aquilo realmente fechou ou se não fechou, se é aquilo que deveria receber ou não.

Então eu reforço que ter uma organização nesse processo, uma assessoria independente, ter um plano de contingência, tiraria todas essas questões das costas dos moradores e da própria Casan, da equipe técnica de engenheiros que está ali tendo aptidão para fazer outras coisas, né? Eu só queria colocar isso, numa boa.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Em resposta, eu concordo plenamente, Deputado. O que eu quero só demonstrar é que nós, da Casan, neste momento não temos a pretensão de achar que fizemos tudo certo, que não erramos, que fomos justos o suficiente. Nós não temos essa capacidade de avaliar. Então, isso eu queria deixar claro, homenageando, obviamente, a proposta e acolhendo nesse sentido.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Eu vou à última fala, que nós entendemos seja importante que o senhor comente.

(*Passa a ler.*)

“Já tem umas três ou quatro semanas em que chamou os moradores por uma última vez, seja lucros cessante, seja veículo, seja bens imóveis ou bens móveis, que é assim. Nosso levantamento dos danos é *x*, muitas vezes a Casan apresentou propostas em que o valor era 2 *x* e o morador apresentou uma lista lá de 32 *x*, especificando o guarda-roupa marca tal a foto tal. A postura da Casan foi: agora, o que você tem a receber é isso, inclusive para receber você tem que assinar aqui um anexo da nossa resolução em que dá a quitação total para aquele tipo de dano. E se você quiser mais, você tem que ir para a Justiça.

(...)

Então, acredito que esta Comissão pode auxiliar para estabelecermos uma equipe e garanta esse direito a participação informada, participação livre e informada das famílias através da Assessoria Técnica Independente.” (*Cópia fiel.*)

Basicamente, o que ele coloca é...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Vou reconhecer essa afirmação e vou aceitar essa afirmação, até em homenagem à pessoa não vou fazer nenhum juízo de valor, até porque...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** - Isso complementa, mais ou menos, a situação psicológica que o Marquito abordou, porque deve ser uma situação difícil mesmo.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Isso. É muito difícil.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** - Para quem vai assinar...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – E aí quero prestar uma homenagem, eu tenho dito isso, à comunidade do Sapé, na sua maioria – e digo maioria, porque não foi unanimidade. Se de uma maneira a gente teve a maioria que apoiou, nós tivemos também alguns problemas e não precisamos trazê-los aqui.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Isso é típico de qualquer questão de natureza complexa, mas acho que... E faço questão de homenagear aquela comunidade pela maneira como ela se portou, como se conduziu numa tragédia, né? Então, nós somos gratos à comunidade do Sapé.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** - A Casan, no dia 5 de outubro de 2023, firmou um contrato com uma empresa de engenharia de estruturas ao custo de R$ 65 mil para a aquisição de serviços com o seguinte objeto: prestação de serviços técnicos especializados de perícia técnica para determinação das prováveis causas do colapso do reservatório R4. Considerando que, conforme descrito no item 2.3 do contrato, o prazo de execução dos serviços seria de sessenta dias – o senhor já abordou essa questão na sua fala, portanto as conclusões estão chegando e até o próximo dia 18 o senhor terá em mãos.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Desculpa, dia 18 é a sindicância. Ontem foi dia 11 e ele deve trabalhar em torno de mais dez dias.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** - Tinha como prazo de conclusão 5 de dezembro.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – É, ele entregou dia 8 de dezembro.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Entregou dia 8. O.k.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Na verdade, eram duas etapas, né? Era o relatório preliminar e um relatório final. Ele buscou fazer um relatório primeiro total, e obviamente nós entendemos que ele era preliminar, então vai sofrer uma variação de, mais ou menos, cinco dias.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** - O senhor tem como comentar algo sobre as conclusões desse trabalho?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Como eu disse no início da conversa, a equipe técnica fez uma reunião *on-line* ontem com o engenheiro Rafael, que é o engenheiro técnico sobre isso, depois de ele ter enviado uma documentação enorme – o relatório tem quatrocentos e poucas páginas, mais os anexos. E o que eu recebi ontem, do que eu pude falar com a equipe do gestor, é de que é um material bastante robusto, muito técnico e que traz informações super-relevantes para nós, e que engloba, Deputado, uma análise profunda do projeto, das etapas responsáveis da Casan e, consequentemente, também da construtora. [*Transcrição: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura: Vera Regina Zacca*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Senhor Relator, peço que o senhor seja o mais sucinto possível, porque nós temos um evento daqui a pouco e temos que encerrar.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Eu estou encaminhando mesmo para o encerramento, já não vou abordar a questão do diário de obra do mês de outubro, uma vez que o senhor já abordou.

Ao longo das oitivas, uma série de condutas inaceitáveis por parte dos fiscais da Casan foram registradas, tais como: ausência de anotações de ocorrências em diário de obra, fiscalização negligente da execução da obra, número de notificações inexpressivo frente à situação e ao tempo da obra, dentre outras ações que criticamos construtivamente.

Já em relação à vigência do contrato, mais uma série de procedimentos falhos realizados por servidores da Companhia foram vistos, como a elaboração de projeto errado (ausência de planilha de orçamento para os serviços de estaqueamento da estrutura de Forquilhinha), por exemplo, começo das obras sem autorização de corte de árvores, mais de uma obra paralisada, mais de uma vez, pela falta de identificação de adutoras da Casan, no subsolo e em funcionamento, nos locais das construções – foram vários casos que nós pudemos observar. O senhor já antecipou que pretende revisar todos os processos possíveis, então a resposta já foi dada.

Finalmente, com base no ofício CT/D – 1.386, de setembro, a Casan informou à Prefeitura que estaria tomando as seguintes medidas preventivas: “Quanto as condições das demais estruturas da CASAN”, tanto na Grande Florianópolis como no Estado, “de forma inicial está sendo feita por equipe técnica da CASAN, inspeção operacional nas diversas unidades que compõem o sistema de abastecimento de água de Florianópolis. Esta inspeção tem como objetivo detectar eventuais surgimentos notórios de anomalias ou pontos que gerem qualquer preocupação dos usuários no que tange a estabilidade da estrutura ou sua garantia operacional.” (*Cópia fiel.*)

O senhor tem alguma informação para nos trazer sobre esse levantamento, tanto na Grande Florianópolis, como nas demais regiões do Estado atendidas pela Casan?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Deputado, o senhor já havia comentado, mas nós fizemos um trabalho importante por uma comissão estendida, inclusive com engenheiros na regional, na superintendência sul, centro-oeste, oeste e norte, que nós chamamos, que é aquela parte de Rio do Sul, e a de Florianópolis. Nós temos um trabalho bem feito de diagnóstico de todos os nossos reservatórios.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Verificamos, eu acho que já comentei, que havia um problema de um reservatório, que era anterior a isso, que já tinha sido bloqueado em Criciúma, e eu estive pessoalmente lá vendo. Ele é retangular, mas é baixo, é no chão e não tem ninguém em volta, foi um problema de um pequeno descolamento que houve numa parede, que já estava fechado, eu fui *in loco*, e algumas outras questões de natureza estrutural em volta dos reservatórios.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** E nós estamos monitorando isso de forma permanente, naqueles em que havia algum tipo de problema.

E quero lhe adiantar que no planejamento de 2024 nós estamos, obviamente, destinando um recurso exatamente para fazer mais revisões, entendendo também que não se limitará aos nossos reservatórios de água, mas também ao esgoto.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim, Estações de Tratamento de Esgoto. Perfeito.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Uma empresa que tem quase 52 anos tem uma série de questões antigas, velhas...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Perfeito.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** E a nossa obrigação é, na medida do possível, fazer essas revisões.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Por fim, aproveito para questionar o fato de o contrato ter se encerrado antes do recebimento da obra, ou seja, a obra continuou aparentemente sem amparo contratual, sem fiscais designados, sem possibilidade de notificação e sem a possibilidade de reter o valor da garantia da obra, de R$ 498 mil, ou seja, quase meio milhão de reais, pois o seguro-garantia utilizado se encerrou com o término do contrato, um ano antes do rompimento. Que justificativa a Companhia teria para essa conduta?

E, a título de curiosidade, quais as implicações que o rompimento da estrutura resultou entre a Casan e a Caixa Econômica, especialmente, que é financiadora de parte da obra?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** No que diz respeito ao primeiro tema, também me chamou a atenção esse fato de você encerrar o contrato em novembro, né? E como se sabe, o seguro é acessório, quem sabe do Direito, se encerra o principal, acaba o detalhe. A justificativa dada, e não quer dizer que eu aceite essa justificativa, é de que havia um saldo ainda a receber e que esse saldo a receber serviria de garantia, certo? Uma resposta que na minha avaliação...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – E esse saldo existe? O senhor...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** É um saldo que ainda... seria um saldo credor dessa construtora. Nesse sentido.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim, que teoricamente...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Existe, não foi pago para ela. Esse saldo existe, do ponto de vista formal, vamos assim dizer. Então é fato.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Com relação à Caixa Econômica Federal não há nenhuma consequência com relação a isso, a própria fiscalização da Caixa é uma fiscalização, vamos dizer, mais leve, para usar uma expressão não técnica aqui, porque ela também fazia as suas revisões, porque como a Caixa é financiadora, ela também manda pessoas para acompanhar o processo.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim, é o que nós imaginamos.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Exatamente.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Inclusive convidamos um representante da Caixa para vir.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Isso. Mas essa análise que ela faz não é uma análise... ela vem e acompanha...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Sim.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** ...preenche uma ficha, vê se está fazendo isso aqui, é uma coisa mais formal dela, não com uma competência técnica da Caixa Econômica.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – A Caixa está de alguma forma acionando a Gomes & Gomes?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Não. Não tenho essa informação.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O senhor tem noção disso?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Não tenho essa informação.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Porque certamente ela deve ter pago parte da obra.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA –** Não tenho essa informação.

**O** **SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – O.k.

Da nossa parte, eu agradeço muito a sua vinda, as duas vezes aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Deputado Marquito com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO –** Eu apenas quero agradecer e dizer ao presidente [da Casan] que todo esse nosso esforço detalhado e crítico sobre o processo é com o compromisso de fortalecer a Casan. E isso eu não faço apenas aqui, temos audiências públicas em relação a outros equipamentos de esgotamento sanitário, por exemplo, e justamente porque nós sabemos da necessidade de recuperar a credibilidade, a confiança da população catarinense. É uma tarefa e acredito que esse esforço da Comissão Mista é para dar uma resposta à sociedade: olhem, vamos ter um plano de contingência, nós temos um procedimento que contempla uma assessoria externa, nós temos um procedimento que garante que esse tipo de sumiço de um relatório de obras não aconteça, nós vamos dar as condições para que se construa o processo de segurança, nós queremos ver isso acontecer.

Então, não é por sermos críticos que nós queremos minimizar ou diminuir a Casan, muito pelo contrário, nós queremos construir uma instituição forte e isso passa por essas mudanças necessárias, porque só assim se vai reconquistar a confiança da população.

Queria colocar isso, nós sabemos que saneamento básico, o acesso à água e ao esgotamento sanitário são direitos e também necessidades básicas, promovem saúde e qualidade de vida. Então, nós sabemos da tarefa social que a Casan tem e nós estamos muito comprometidos com isso. Queria fazer essa exposição para o senhor.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – O senhor me permita, apenas corroborando com o que o Deputado disse, quero informar também esta Comissão que o trabalho dela é de grande utilidade para a Casan. Quero já adiantar que vai nos ajudar e muito, ver inclusive coisas que nós pensamos ver e não conseguimos. [*Transcrição:* *Marivânia Pizzi* */ Leitura: Grazielle da Silva*]

Essa visão de fora, que eu acho que é uma das... eu tenho brincado dentro da Casan, mas levado a sério, dizendo que nós temos que olhar o mundo lá fora para ver o que acontece, temos que abrir um pouco a empresa para poder fazer as transformações para dar, como disse o Deputado Marquito, uma nova Casan, remodelada, e que esse fato traga para nós, de maneira muito clara, de maneira bastante objetiva, as coisas que precisamos fazer para aperfeiçoar a empresa.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Extraoficialmente apenas, se posteriormente o senhor puder nos encaminhar o relatório que chegou às suas mãos ontem, aquele da equipe contratada.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Sim, sim. Assim que ele tiver a versão, a gente vai disponibilizar.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Eu tenho três indagações a fazer, bem rapidamente.

A primeira: a obra tinha ou não tinha seguro? A obra está ou não está assegurada?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Não, ela tinha seguro. Mas no momento em que o contrato, como disse o Deputado Mário Motta, foi considerado encerrado, o seguro, que é um acessório, caiu.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Então a obra não está assegurada?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Não, não está assegurada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Existe alguma comissão especial, algum acompanhamento, alguma comissão processante acontecendo dentro da Casan para apurar a responsabilidade dos servidores com relação a esse episódio?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Sim. No caso particular, nesse momento, qual foi a posição que a Procuradoria me recomendou, certo? Nós iríamos iniciar um processo do PAD das pessoas que estavam envolvidas, como há uma ação importante vindo do Ministério Público e do Tribunal de Contas, a recomendação da Procuradoria é que aguardemos o que vai acontecer no Ministério Público, porque tem uma força muito maior do que a nossa nesse sentido. Obviamente, isso acontecendo no Ministério Público, nós temos acompanhado o Promotor Rafael, automaticamente a empresa vai determinar exatamente as providências que têm que ser adotadas com o profissional que tiver essa caracterização de culpabilidade. Antes disso, a Procuradoria entendeu que não era pertinente para não fazer um juízo de valor antecipado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – A partir da hora que a Casan tiver compreensão de que um servidor...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Obrigatório.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – ...falhou no seu comprometimento, na sua tarefa, ela deve...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Obrigatório. Chama-se PAD, existe um processo nesse sentido.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – PAD é uma sigla?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – PAD, na verdade, é Processo Administrativo, para fazer esse tipo de investigação.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – E, por último, eu questiono se a Casan ajuizou alguma medida, uma tutela antecipada, uma medida judicial a fim de garantir patrimônio da empresa. Tem algum bem bloqueado, tem alguma garantia?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – De R$ 16 milhões.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Também a primeira coisa que eu quis fazer na Procuradoria foi exatamente isso, a gente entrar com pedido de ação cautelar na Justiça para isso. A Procuradoria entendeu que como o próprio Ministério Público já fez essa providência, inclusive buscando bloquear patrimônios dela na fase de R$ 16,5 milhões, entendeu-se que aquilo era o suficiente, era muito mais forte do que nós fazermos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Então só para registrar, nós temos uma ação cautelar do Ministério Público?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Não. O Ministério Público entrou com uma ação para bloqueio dos bens no valor de R$ 16,5 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Aconteceu?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – A dúvida que eu tenho e eu não tenho essa informação...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Na primeira tela que o senhor trouxe, na última parte está detalhada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Deputado, uma coisa é entrar com a ação e fazer o pedido. Eu queria saber se houve efetivamente bloqueio de bens, nesse sentido.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Essa informação eu não tenho...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Aí, aí (*aponta para a imagem*).

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Ali.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Aqui.

(*Passa a ler.*)

“(...) relevante destacar a atuação conjunta do Ministério Público Estadual e da colenda Corte de Contas estadual, que possibilitou que na Ação Cautelar n.º (...) fosse proferida decisão judicial com a determinação de bloqueio de R$ 16.600.000,00 da empresa Gomes e Gomes, responsável pela construção do reservatório R4.”

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Minha pergunta não é essa...

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Eu não tenho essa informação, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** –A minha pergunta é se efetivamente isso se concretizou, se encontrou bens e valores nessa ordem. Porque senão ficou meramente só uma ação, só um pedido.

Então eu gostaria que o senhor informasse à Comissão se houve bloqueio de valores efetivo e quais são.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Esse valor é o suposto prejuízo, não é? É a ideia de estimativa de prejuízo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – É uma estimativa de prejuízo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI** – Senhor Presidente, eu posso... o senhor já encerrou?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Não. Eram só três questões da minha parte, que eu até gostaria que o senhor (*dirige-se ao senhor Relator, Deputado Mário Motta*) observasse no seu relatório. E se a Casan pudesse informar se esse ciclo se concretizou efetivamente, esse bloqueio.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Hum, hum.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Passo a palavra ao Deputado Antídio.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI** – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu só quero fazer uma colocação rápida aqui.

Senhor presidente Edson, quero dizer o seguinte: nós, em Jaraguá do Sul, temos o sistema do Samae que cuida da água, do esgoto e do lixo. Nós temos 100% de atendimento de água para a nossa população, fizemos muitos e muitos investimentos com reservatórios, inclusive para os próximos vinte anos, e nós temos 92% do esgoto tratado no nosso Município de Jaraguá do Sul, que é um Município bastante acidentado, estamos no meio de duas montanhas, dois rios. E agora o Samae está investindo mais R$ 120 milhões para atingirmos definitivamente os 100% de tratamento de esgoto.

Só para deixar aqui registrado, o nosso Samae de Jaraguá do Sul é a melhor empresa que nós temos lá no nosso Município, é a melhor empresa. Se um dia ela abrir o capital, eu quero ser um acionista do Samae de Jaraguá do Sul.

Então eu só gostaria de deixar isso registrado.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – Bem administrado...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI** – É muito bem administrado. Nós cuidamos muito bem lá e isso se deu há mais de vinte anos quando se iniciou esse trabalho, na época do Prefeito Geraldo Werninghaus, quando começamos a abrir o Município, a fazer e tal, e hoje aí estão os resultados.

Então, mais uma vez, o cuidado com o dinheiro público, a administração, a gente sabe como é difícil, mas o nosso Samae, de Jaraguá do Sul, é motivo de orgulho para toda a nossa Santa Catarina e para o Brasil.

Só gostaria de deixar esse registro, afinal preciso vender um pouquinho o meu peixe também.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Mas é um ótimo registro.

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Parabéns.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta)** – É a comprovação de que um setor bem administrado dá lucro.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI** – Dá. E para completar, nós estamos neste momento cobrando 100% da tarifa de água e de esgoto, mas nós tínhamos antes 100% da água e 80% do esgoto, porque todos os senhores sabem que tratar esgoto é muito mais difícil do que tratar a água. E estamos trabalhando para talvez um dia ter uma diferença um pouco maior, mas o resultado é extremamente positivo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Obrigado.

Consulto os senhores se têm mais alguma indagação. O senhor (*dirige-se ao presidente da Casan*) gostaria de falar mais alguma coisa?

**O SR. EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** – Quero reiterar os nossos agradecimentos, estamos à disposição, vamos responder os resultados e tendo a perícia nós encaminhamos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Assim sendo, o nosso muito-obrigado a todos e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião da Comissão Mista, aguardando a leitura do relatório preliminar. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura e Leitura Final: Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ**

**PRESIDENTE**